



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR  
Blumenau - SC - Brasil

---

## CIDADES CANAVIEIRAS E REDE URBANA: DIMENSÕES LOCAIS DE TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS

**Natália Belmonte Demétrio** (Núcleo de Estudos de População Elza Berq) - ndemetri@unicamp.br  
*Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" (NEPO/UNICAMP). Coordenadora Adjunta do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP).*

**Rosana Baeninger** (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) - baeninge@unicamp.br  
*Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Demografia-IFCH e do Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" (NEPO/UNICAMP). Coordenadora do Observatório das Migrações em*

## **Cidades canavieiras e rede urbana: Dimensões locais de transformações globais**

### **RESUMO**

A recente expansão do setor sucroenergético redefiniu a dinâmica regional paulista. Sob o comando de uma “nova geração de usinas”, São Paulo assistiu a uma especialização produtiva inédita na história de sua formação, impulsionando processos migratórios, concentração fundiária, conflitos sociais e ambientais (SAMPAIO, 2015, p.727; SILVA; BUENO; MELO, 2015). À luz dessas transformações, esse trabalho tem por objetivo analisar as mudanças na hierarquia urbana do noroeste paulista associadas à instalação de uma usina do segmento canavieiro em particular: a Vale do Paraná. A chegada desses capitais, na região de interesse, não apenas fortaleceu desigualdades historicamente construídas no território, como também criou novas relações socioespaciais, alavancando uma cidade do fazer; uma cidade do comércio e da moradia de trabalhadores no topo da hierarquia ocupacional da empresa; e uma ‘periferia migrante’ dispersa entre vários micros municípios próximos à usina (SANTOS, 2002; ELIAS; PEQUENO, 2018; PEREIRA; BAENINGER, 2016). A refuncionalização desses pequenos núcleos urbanos expressa tanto a globalização por cima trazida pelo agronegócio canavieiro, quanto a sua globalização por baixo, revelando também a constituição de ‘espaços selecionados’ com raízes históricas específicas (PORTES; GUARNIZO; LANDOLT, 2003; ELIAS, 2002; SASSEN, 1998). Em termos metodológicos, a pesquisa combina dados secundários – derivados de pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censo Demográfico, do Censo Agropecuário e das Pesquisas Agropecuárias Municipais) e de registro administrativo do Ministério do Trabalho e Previdência Social (Relação Anual de Informações Sociais) – e dados primários, obtidos de entrevistas semiestruturadas realizadas com trabalhadores da usina e agentes institucionais de três municípios: Suzanápolis (sede da empresa), Santa Fé do Sul e Três Fronteiras. Juntas, essas fontes de informação ajudam na compreensão do tempo/espaço da expansão canavieira no noroeste paulista, oferecendo subsídios para análise das fraturas no tecido urbano, rural e regional causadas pela instalação de processos globais.

**Palavras-chave:** globalização, urbanização, setor sucroenergético, São Paulo

**AS HIERARQUIAS REGIONAIS DA EXPANSÃO CANAVEIRA EM SÃO PAULO**

Reconhecida como a principal commodity agrícola de São Paulo atualmente, a “produção canavieira correspondeu ao primeiro esforço sistemático de ocupação do território” paulista, representando o produto por meio do qual esse estado é integrado ao comércio internacional de bens primários (GONÇALVES, 1998, p.66). No chamado Quadrilátero do Açúcar Paulista (entre Piracicaba, Sorocaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí), surgiram os primeiros engenhos produtores de aguardente e rapadura, em regime de trabalho escravo, ainda no século XVII (SILVA; BUENO; MELO, 2015).

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, o setor enfrentou inúmeras crises – sobretudo em função da competição com o açúcar no Nordeste e, principalmente, no Caribe – com os canaviais sendo substituídos pelos cafezais (GONÇALVES, 1998). Somente no século XX é que as plantações de cana-de-açúcar voltam a crescer em São Paulo, incentivadas por políticas públicas direcionadas à busca por fontes de renda alternativas ao café. Com pesados incentivos estatais - fundamentais na diversificação do segmento canavieiro, até então restrito à produção de açúcar para exportação -, cria-se, em 1930, o Instituto do Açúcar e do Alcool: um importante órgão de regulação do Estado que, por quase sessenta anos, financiou inovações tecnológicas, garantiu preços mínimos e controlou a expansão das lavouras (CASTILLO, 2015). Nos anos 1960, o embargo imposto à Cuba em retaliação à Revolução de 1959, combinado com o aumento do preço do petróleo, abriu mercado ao açúcar brasileiro. Em 1975, o governo federal lançou o Programa Nacional do Alcool (Pró-Alcool), em parceria com universidades e outros institutos de pesquisa, favorecendo o consumo doméstico (TARTAGLIA; OLIVEIRA, 1988).

À luz de todos esses incentivos, as décadas de 1950 e 1970 marcaram profundas transformações nas formas de produção, nas dinâmicas espaciais e na organização do trabalho na agroindústria canavieira paulista. Por um lado, o processo de modernização agrícola no âmbito dos Planos Nacionais de Desenvolvimento alavancou a produtividade através da difusão de tratores, pesticidas, herbicidas e fertilizantes (ELIAS, 2002). Por outro lado, a emergência do complexo agroindustrial canavieiro – em sintonia com o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 – levou à dissolução da estrutura social vigente nas principais fazendas paulistas, nas quais predominavam a mão-de-obra familiar residente dentro dos próprios estabelecimentos agropecuários (WANDERLEY, 2011). A referida lei veio alterar tal ordem, garantindo a superexploração do trabalho sazonal essencial à reprodução do setor.

De acordo com Wanderley (2011, p.49), a sazonalidade do trabalho agrícola “favoreceu a substituição do morador pelo trabalhador volante” não apenas porque a modernização do processo produtivo na agricultura é incompleta, “mantendo o trabalho manual, especialmente durante a fase da colheita”, mas também porque o “Estatuto do Trabalhador Rural, tal como foi promulgado, não se aplica ao trabalhador sazonal, que se torna, assim, a solução menos onerosa”. Esse contexto marca o surgimento tanto do “boia-fria, trabalhador agrícola volante, de residência urbana, banido da legislação” (SILVA, 1999, p.66), quanto de empresas e profissionais especializados no recrutamento

desses trabalhadores dentro e fora do estado de São Paulo: os populares gatos ou chefes de turma (SILVA, 1999).

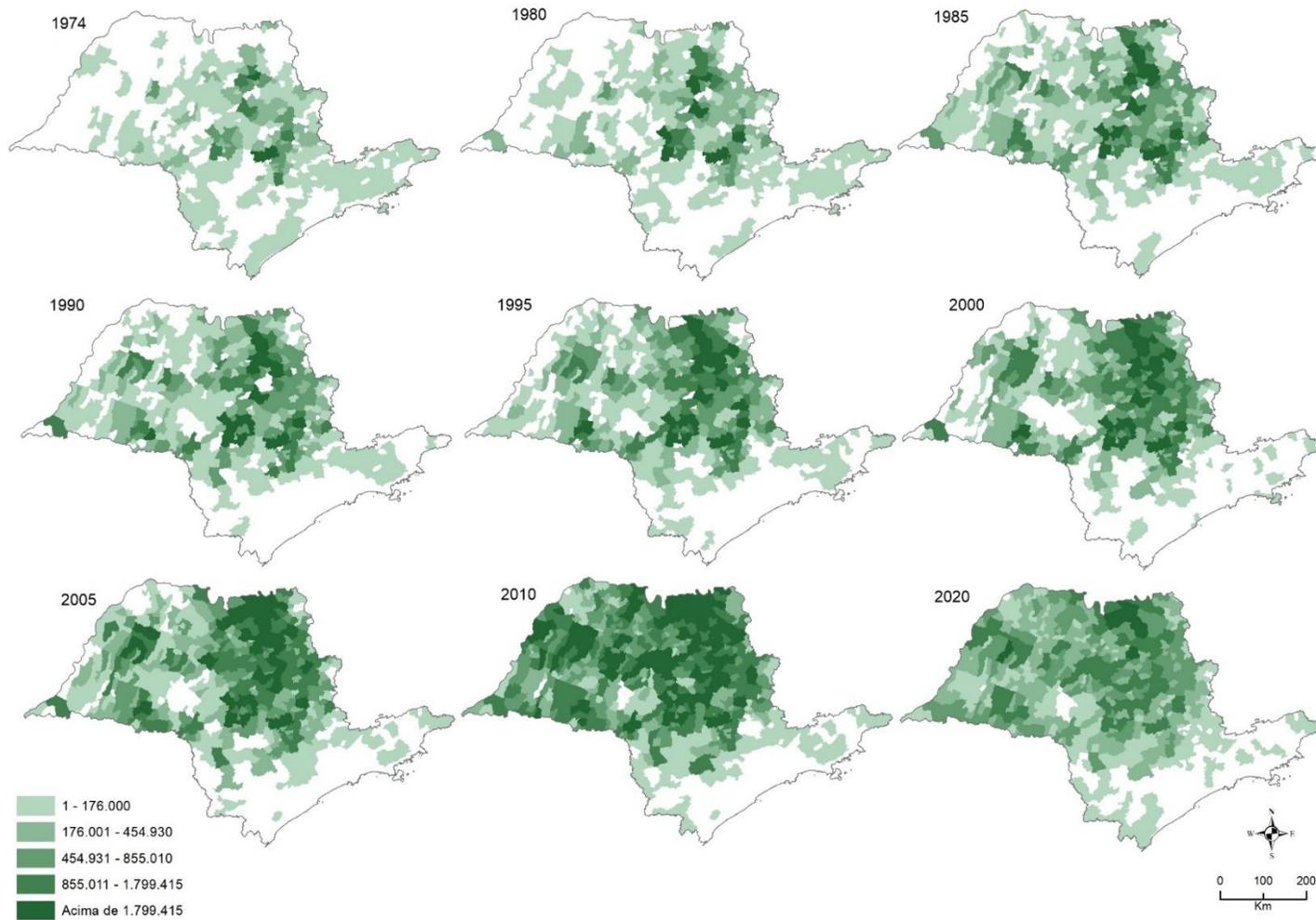
Segundo Silva (1999), as transformações estruturais vigentes em regiões como norte de Minas Gerais e do Paraná, além do sertão nordestino, associadas ao avanço da agricultura de commodities, às expropriações e demarcações de terras, ocorreram paralelamente às mudanças na forma de gestão do emprego agrícola paulista, intensificando uma divisão socioespacial entre Sudeste e Nordeste através da criação de verdadeiros corredores da migração temporária de trabalhadores rurais.

Na origem, essa ‘cartografia migratória’ (SILVA, MENEZES, 2006) define-se pelos fatores de expulsão que colocam determinados grupos sociais em movimento (SINGER, 1980). No destino, se materializa junto à espacialização da produção canavieira paulista que, do histórico Quadrilátero do Açúcar Paulista, expandiu-se para os eixos formados pelas rodovias Anhaguera e Washington Luís nos anos 1970; seguiu o traçado da Marechal Rondon e da Raposo Tavares, entre as décadas de 1980 e 1990; alcançando a região de influência da rodovia Euclides da Cunha, no noroeste paulista, apenas nos anos 2000 (Figura 1; Mapa 1).

A expansão do setor sucroenergético no século XXI combina os impactos das reformas neoliberais dos anos 1990, da elevação do preço do açúcar no mercado internacional e da criação dos veículos *flex-fuel* no Brasil (CASTILLO, 2015). Nesse contexto, a produção canavieira nacional mais que dobrou entre 2000 e 2010, fortalecendo protagonismo de São Paulo – onde se produz mais de 60% da cana-de-açúcar brasileira – e de suas regiões subjacentes (Gráfico 1; Figura 2). Nas palavras de Sampaio (2015, p.727), “em menos de uma década, a produção canavieira do país aumentou na mesma proporção que o fizera [...] em quase meio milênio de colonização”.

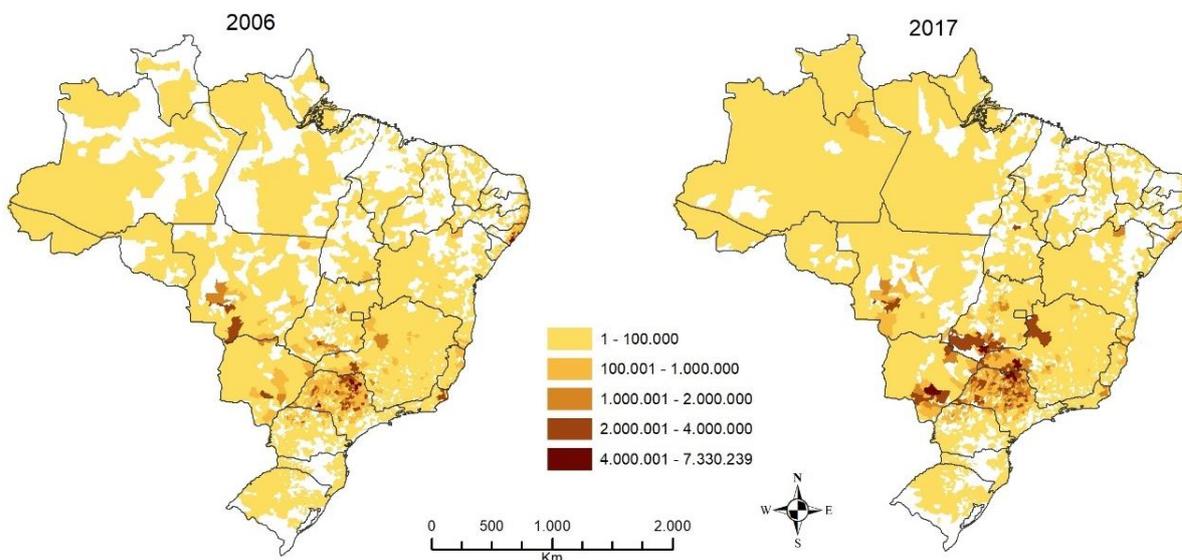
Para esse autor, o crescimento do setor, nesse período, contou com pesado financiamento público e privado, de origem nacional e estrangeira (SAMPAIO, 2015). A presença das transnacionais com atuação nesse ramo ocorreu sobretudo através da compra de empresas nacionais menores, otimizando a capacidade agroindustrial já instalada no estado (CASTILLO, 2005). Desse modo, a expansão dos canaviais para o Oeste Paulista consolida-se como um processo marcado por intensa desnacionalização/concentração de capitais, a partir da desativação crescente de usinas mais antigas, muitas das quais de propriedade familiar (PIÑEROS, 2017).

Figura 1. Evolução da produção de cana-de-açúcar (em toneladas), segundo municípios. Estado de São Paulo, 1974 a 2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Agrícola Municipal.

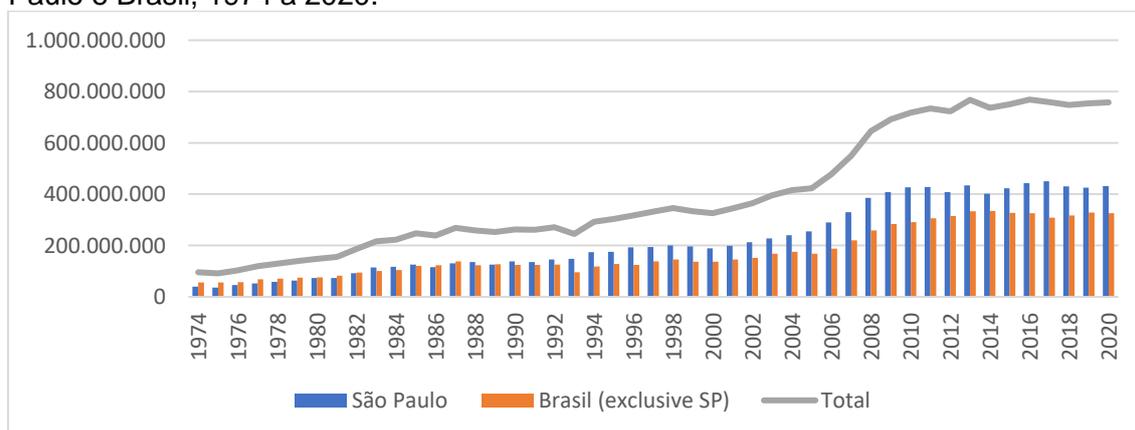
Figura 2 Quantidade produzida (em toneladas) de cana-de-açúcar. Brasil, segundo municípios, 2006 e 2017



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Agropecuário 2006 e 2017.

A desaceleração da produção canavieira a partir de 2009 reflete, segundo Castillo (2015), as oscilações do mercado e também a extrema concentração de capitais na dinamização desse segmento. Comandado por grandes grupos, o uso mais eficiente das agroindústrias instaladas levou ao fechamento de inúmeras usinas/destilarias, com estabilização da tendência de crescimento do setor (Gráfico 1; CASTILLO, 2015).

Gráfico 1. Quantidade produzida (em toneladas) de cana-de-açúcar. Estado de São Paulo e Brasil, 1974 a 2020.

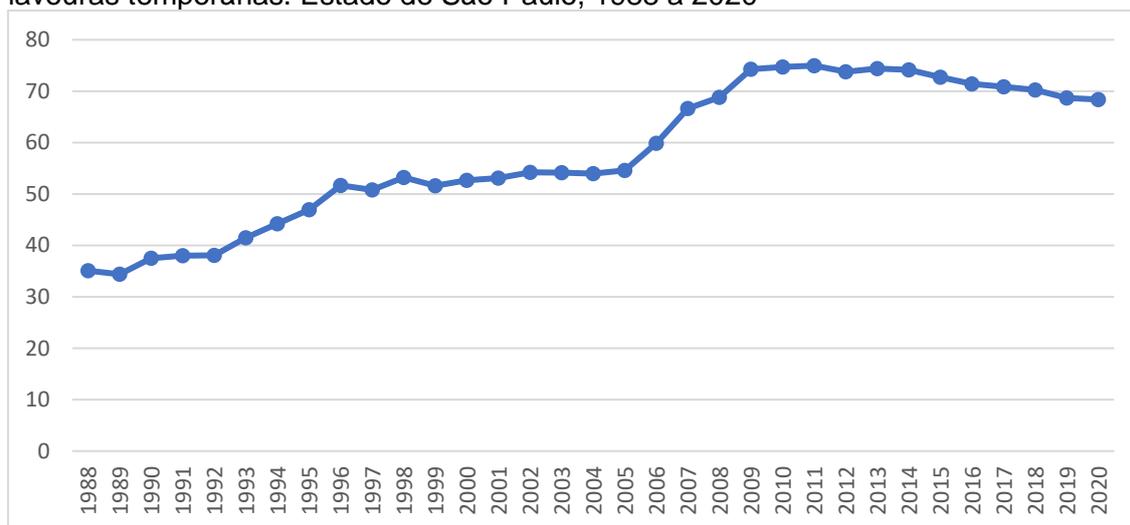


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Agrícola Municipal.

A intensa especialização produtiva e concentração fundiária trazidas pelo avanço dos canaviais em território paulista redefine processos históricos nesse território. Ainda que São Paulo apresente uma estrutura fundiária menos concentrada que o resto do Brasil - expressão das características de sua fronteira agrícola no Oeste Paulista (TARTAGLIA; OLIVEIRA, 1988) – a participação das propriedades com mais de 1.000ha, estável em 21% entre 1970 e 1996, salta para 28% em 2006 (aumento de mais de 1 milhão de propriedades,

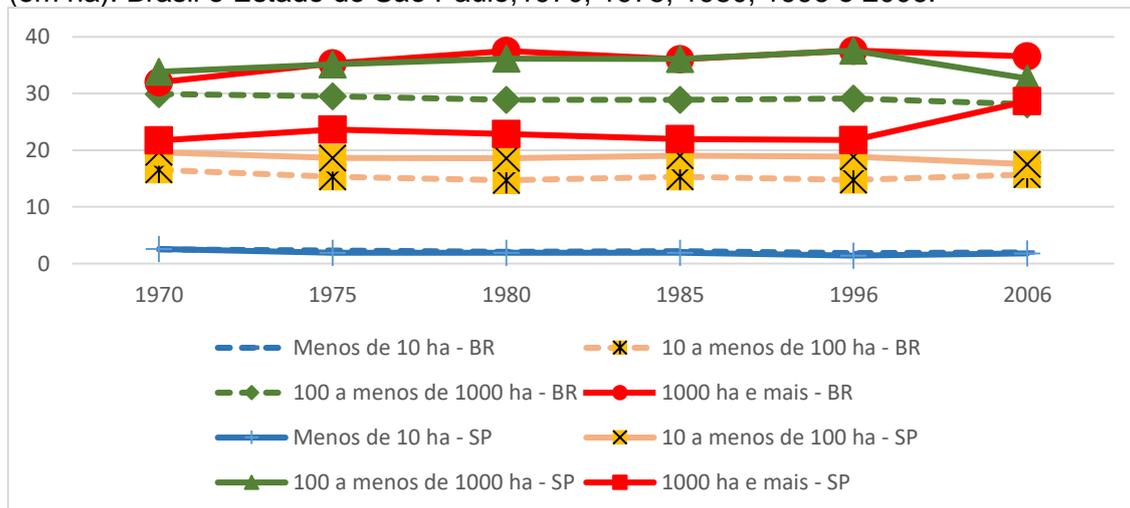
em valores absolutos), destoando, inclusive, da tendência estimada para o conjunto do Brasil (Tabela 1; Gráfico 3). Ao mesmo tempo, a proporção de cana-de-açúcar no total de área ocupada por lavouras temporárias sai de 35%, nos anos 1980, para 70% na segunda década dos anos 2000 (Gráfico 2), comprometendo a produção de alimentos para abastecimento local: uma das principais características da agricultura paulista até meados do século XX (TARTAGLIA; OLIVEIRA, 1988).

Gráfico 2. Percentual de área plantada de cana-de-açúcar no total de área ocupada por lavouras temporárias. Estado de São Paulo, 1988 a 2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Agrícola Municipal.

Gráfico 3. Participação relativa dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área (em ha). Brasil e Estado de São Paulo, 1970, 1975, 1980, 1996 e 2006.



Fonte: FIBGE, Séries Históricas e Estatísticas. Disponível em: [www.seriesestatisticas.ibge.gov.br](http://www.seriesestatisticas.ibge.gov.br). Acesso: 17/08/2016.

Nota: Não foram apresentados os dados do Censo Agropecuário 2017 devido aos problemas de comparabilidade quanto a essa informação em função das mudanças no cômputo dos estabelecimentos agropecuários formados por áreas não contínuas.

Tabela 1. Estabelecimentos agropecuários segundo grupos de tamanho (em ha). Brasil e Estado de São Paulo, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996 e 2006.

	Grupos de tamanho (em ha)	1970		1975		1980		1985		1996		2006	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Brasil	Menos de 10 ha	9.083.495	2,50	8.982.646	2,29	9.004.259	2,05	9.986.637	2,20	7.882.194	1,86	7.798.607	1,95
	10 a menos de 100 ha	60.069.704	16,53	60.171.637	15,31	64.494.343	14,71	69.565.161	15,31	62.693.585	14,78	62.893.091	15,70
	100 a menos de 1000 ha	108.742.676	29,93	115.923.043	29,49	126.799.188	28,93	131.432.667	28,92	123.541.517	29,12	112.696.478	28,13
	1000 ha e mais	116.249.591	32,00	138.818.756	35,32	164.556.629	37,54	163.940.463	36,07	159.493.949	37,60	146.553.218	36,58
	Total	363.298.665	100,00	393.050.365	100,00	438.353.021	100,00	454.476.726	100,00	424.187.024	100,00	400.633.092	100,00
Estado de São Paulo	Grupos de tamanho (em ha)	1970		1975		1980		1985		1996		2006	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
	Menos de 10 ha	675.216	2,57	499.405	1,93	481.984	1,90	483.657	1,89	307.645	1,41	373.869	1,81
	10 a menos de 100 ha	5.155.437	19,64	4.833.185	18,67	4.716.660	18,60	4.878.042	19,05	4.116.864	18,89	3.631.180	17,54
	100 a menos de 1000 ha	8.884.230	33,85	9.105.148	35,17	9.166.459	36,15	9.253.555	36,14	8.188.570	37,57	6.763.711	32,66
1000 ha e mais	5.701.142	21,72	6.117.850	23,63	5.795.890	22,85	5.630.029	21,99	4.756.125	21,82	5.932.711	28,65	
Total	26.246.678	100,00	25.888.178	100,00	25.359.637	100,00	25.606.982	100,00	21.793.713	100,00	20.706.520	100,00	

Fonte: FIBGE, Séries Históricas e Estatísticas. Disponível em: [www.seriestatisticas.ibge.gov.br](http://www.seriestatisticas.ibge.gov.br). Acesso: 17/08/2016.

Não obstante às tendências de concentração fundiária e especialização produtiva trazidas pelo setor sucroenergético, é importante ressaltar o espraiamento dos canaviais em território paulista como fenômeno que consagra diferentes regiões canavieiras, altamente desiguais entre si (MESQUITA et al, 2019; BAENINGER et al, 2013). Grosso modo, é possível visualizar quatro áreas distintas de expansão da cana-de-açúcar no estado de São Paulo (Mapa 1), cujos contextos regionais “traduz a importância de etapas progressas do desenvolvimento paulista” (PERES; BAENINGER, 2013, p.9). Se as regiões de ocupação mais consolidada, produtoras de matérias-primas para exportação desde os primórdios de sua formação capitalista, conseguiram articular complexos agroindustriais (DELGADO, 1980) que hoje se impõem “às novas cidades e regiões” inseridas nesse circuito produtivo (MESQUITA et al, 2019, p.330), as novas áreas destacam-se por abranger micromunicípios com baixos vínculos intersetoriais e “fortemente dependentes do setor em termos de emprego e renda” (MESQUITA et al, 2019, p.334).

Há, assim, uma clara divisão territorial do trabalho nesse segmento, por meio da qual a diminuição da participação relativa de algumas áreas na produção de cana não significa perda no comando político e técnico da produção (MESQUITA et al, 2019). Esse é o caso do antigo Quadrilátero do Açúcar Paulista (SILVA; BUENO; MELO, 2015), localidade cuja produção canavieira tem diminuído em função da expansão urbana, mas que continua exercendo papel estratégico no setor. Seja por permanecer “como sede de grandes grupos empresariais”, seja por abrigar os mais importantes centros de pesquisa e parques tecnológicos responsáveis pela “geração de conhecimentos essenciais à produção industrial e agrícola”, essa região define os rumos do setor sucroenergético no país (MESQUITA et al, 2019, p.330).

Ribeirão Preto também se desponta como lócus de poder na reprodução do agronegócio canavieiro, emergindo como região que concentra tanto mão-de-obra qualificada, quanto a produção, venda e reparação de maquinários agrícolas (ELIAS, 2003; MESQUITA et al, 2019). Finalmente, as novas áreas da expansão do setor compartilham inúmeras particularidades que as diferenciam das demais regiões canavieiras existentes em São Paulo. Em primeiro lugar, esse último surto expansionista não reproduz as transformações urbanas verificadas nas regiões mais antigas, onde a constituição de um complexo agroindustrial fortaceleu uma série de outras indústrias e serviços adjacentes (DELGADO, 1987; ELIAS, 2003).

Em segundo lugar, sob os impactos das reformas neoliberais dos anos 1990, a inserção do noroeste paulista na rota de expansão do setor sucroenergético ocorreu sob o domínio das transnacionais, cuja atuação produziu um “agigantamento dos grupos empresariais” no comando da produção, processamento e comercialização da cana-de-açúcar e seus derivados (SAMPAIO, 2015, p.739; CASTILLO, 2015). Tem-se, assim, uma “nova geração de usinas”, com grande capacidade de inversão financeira e inovação tecnológica, que redefinem a dinâmica de reprodução do setor (SAMPAIO, 2015, p.727).

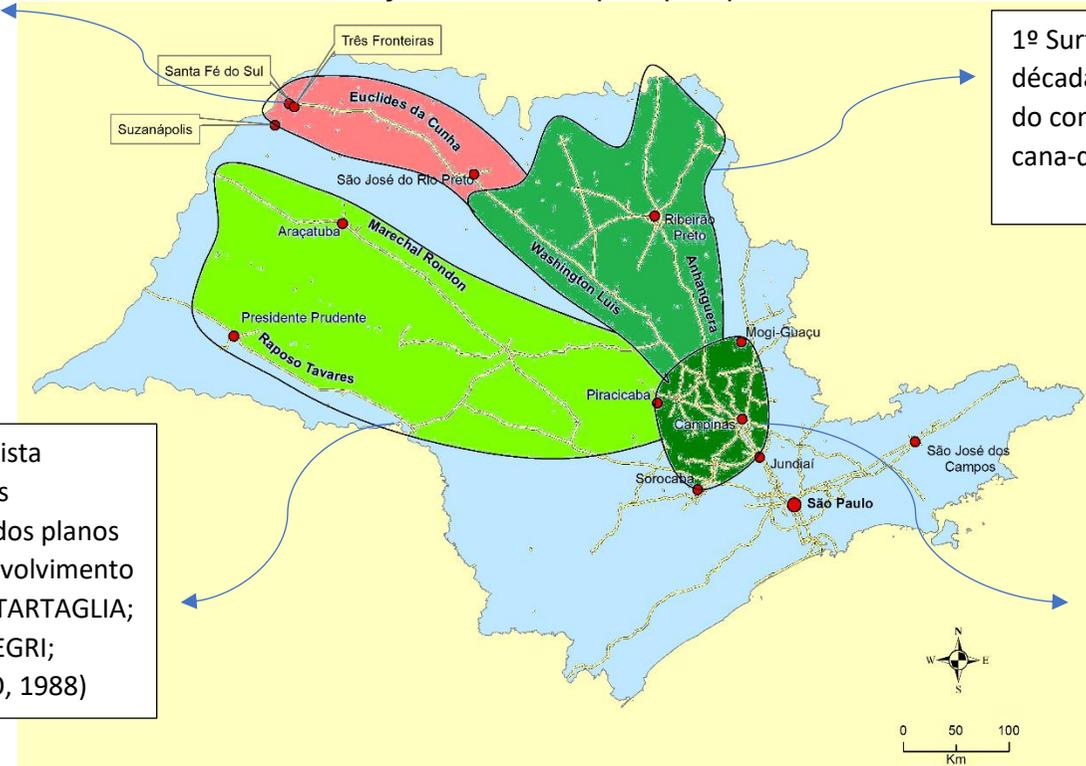
Mapa 1. O tempo/espaço da expansão canavieira em São Paulo e localização dos municípios pesquisados.

3º Surto expansionista canavieiro: anos 2000 → formação do modelo agribusiness de produção (GRAS; HERNANDEZ, 2012), com a emergência de uma nova geração de usinas (SAMPAIO, 2015; CASTILLO, 2015).

1º Surto expansionista canavieiro: décadas 1950/1970 → formação do complexo agroindustrial da cana-de-açúcar (ELIAS, 2003)

2º Surto expansionista canavieiro: décadas 1980/1990 → fim dos planos nacionais de desenvolvimento (BRANDÃO, 2007; TARTAGLIA; OLIVIERA, 1988; NEGRI; GONÇALVES, CANO, 1988)

Complexo agroexportador da cana-de-açúcar: Quadrilátero do Açúcar Paulista → século XVIII, regime de trabalho escravo (CANO, 2011; SILVA; BUENO; MELO, 2015)



Fonte: Construído a partir das informações contidas em Tartaglia e Oliveira (1988); NEGRI; GONÇALVES; CANO (1988); SILVA; BUENO; MELO (2015); ELIAS (2003); SAMPAIO (2015) e CASTILLO (2015).

Em terceiro lugar, também é necessário ressaltar as influências da Constituição de 1988 e do processo de redemocratização no fortalecimento de formas de mobilização social “em busca da integridade socioambiental dos territórios submetidos à acumulação capitalista” (SILVA; MARTINS, 2010, p.219). De acordo com Silva e Martins (2010, p.220), a luta por melhorias das condições de trabalho no setor ganha “novos atores e novas formas de resistência” no século XXI, conformando um amplo campo de lutas - constituído pelo Ministério Público, Ministério do Trabalho, organizações não governamentais, universidade, categorias representativas dos trabalhadores e representantes da Assembleia Legislativa estadual – que, de fato, foi capaz de “redirecionar antagonismos históricos” presentes no segmento canavieiro (SILVA; MARTINS, 2010, p.235).

Dentre as principais conquistas alcançadas, destaca-se o aumento das fiscalizações no eito, nas moradias e nos ônibus utilizados para o transporte dos trabalhadores; a elaboração de centenas de “notificações recomendatórias às usinas acerca das questões ambientais (queimadas) e da terceirização de mão-de-obra; abertura de inúmeros inquéritos para apuração de irregularidades trabalhistas e ambientais” (SILVA; MARTINS, 2010, p.229-330). No escopo dessas transformações, os bóias-frias (SILVA, 1999) transformam-se em trabalhadores rurais migrantes (PEREIRA, 2019), com a perspectiva dos direitos balizando essa mudança de sentido.

Finalmente, encarecimento da força-de-trabalho, o fortalecimento da questão ambiental e a grande capacidade de inversão financeira das transnacionais tornou esse último surto expansionista bastante “poupador de força de trabalho, devido à intensa mecanização da colheita e do plantio de cana-de-açúcar” (MESQUITA et al, 2019, p.335). As transformações na hierarquia do emprego decorrentes desse fenômeno recrudesceram a ‘polarização ocupacional’ já evidente no setor (ELIAS, 2003; SASSEN, 1998), fomentando a consolidação de diferentes espaços da migração (BAENINGER, 1999) em nível local, associados à globalização por cima e à globalização por baixo (PORTES; GUARNIZO; LANDOLT, 2003), à presença de trabalhadores do conhecimento (MELLO, 2007) e à formação de periferias migrantes (PEREIRA; BAENINGER, 2016).

Como síntese desses processos está a Vale do Paraná, em Suzanápolis (Mapa 1). Construída em 2006, por ação de capitais nacionais (Unialco), a usina foi vendida aos grupos Pantaleón, da Guatemala, e Manuelita, da Colômbia, no começo de 2010. Originalmente, a proposta da Unialco era produzir álcool para o mercado interno. Com sua internacionalização, a produção passou a contemplar também a fabricação de açúcar para exportação. A partir de 2020, a Vale do Paraná iniciou a produção de energia, em parceria com a transnacional francesa Albioma.

A inserção da região nos mercados globais altera tanto a hierarquia de sua rede urbana como a dinâmica de seus processos migratórios. Em nível internacional, a chegada desses capitais fortalece os fluxos Sul-Sul sem raízes históricas com país (BAENINGER, 2017). No caso da Vale do Paraná, destacam-se principalmente guatemaltecos e nicaraguenses ocupados em cargos de gerência e direção. Internamente, tem-se a chegada de baianos e alagoanos inseridos na base da hierarquia ocupacional da usina.

Colada na estratificação do emprego gerada por esses capitais, a constituição de múltiplos espaços da migração (BAENINGER, 1999) na rede urbana local abre uma ampla agenda de pesquisa que articule as transformações urbanas trazidas pela globalização da agricultura (ELIAS, 2003), às mudanças nas relações de trabalhos e nos processos migratórios de, para e na região. Discutir essas relações constitui o principal objetivo desse trabalho.

## **O SETOR SUCROENERGÉTICO E A REESTRUTURAÇÃO DA REDE URBANA DO NOROESTE PAULISTA**

O processo de ocupação capitalista do Noroeste Paulista produz desigualdades regionais que hoje influenciam as formas diferenciadas de inserção da cada uma das localidades visitadas no circuito de acumulação do agronegócio. Antes mesmo da chegada da fronteira agrícola do café, nas décadas de 1930 e 1940, a região fazia parte das áreas de engorda dos principais frigoríficos paulistas, constituindo-se como importante fonte de carne e couro para o resto do estado (TARTAGLIA; OLIVEIRA, 1988; MAMIGONIAN, 1976). Essa ocupação embrionária foi fortalecida anos mais tarde, com as engrenagens da locomotiva do complexo cafeeiro (GONÇALVES, 1998), cujo processo sistemático de demarcação de terras privadas e devolutas selou em definitivo a integração da região à divisão socioespacial do trabalho em nível nacional (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1988).

Sob os marcos da desvalorização da cafeicultura, da necessidade de produção de alimentos para abastecer a crescente população urbana estadual e das demandas geradas pela indústria que nascia nas zonas de ocupação mais antigas, a fronteira agrícola do noroeste paulista combinou a produção comercial de gêneros alimentícios em pequenas propriedades familiares, com a produção de algodão, milho e pecuária, emergindo como fenômeno eminentemente híbrido e flexível (RODRIGUES, 2006).

Em especial a partir de 1960, quando o avanço do processo de modernização agrícola conservadora desestruturou as condições de reprodução da agricultura familiar (MULLER, 1985) – protagonista na formação capitalista da região (MELO, 2013) – as companhias colonizadoras começaram a enfrentar dificuldades na revenda de seus lotes, particularmente nas áreas mais distantes das estações de trem, com vias de acesso precárias (CHAIA, 1980).

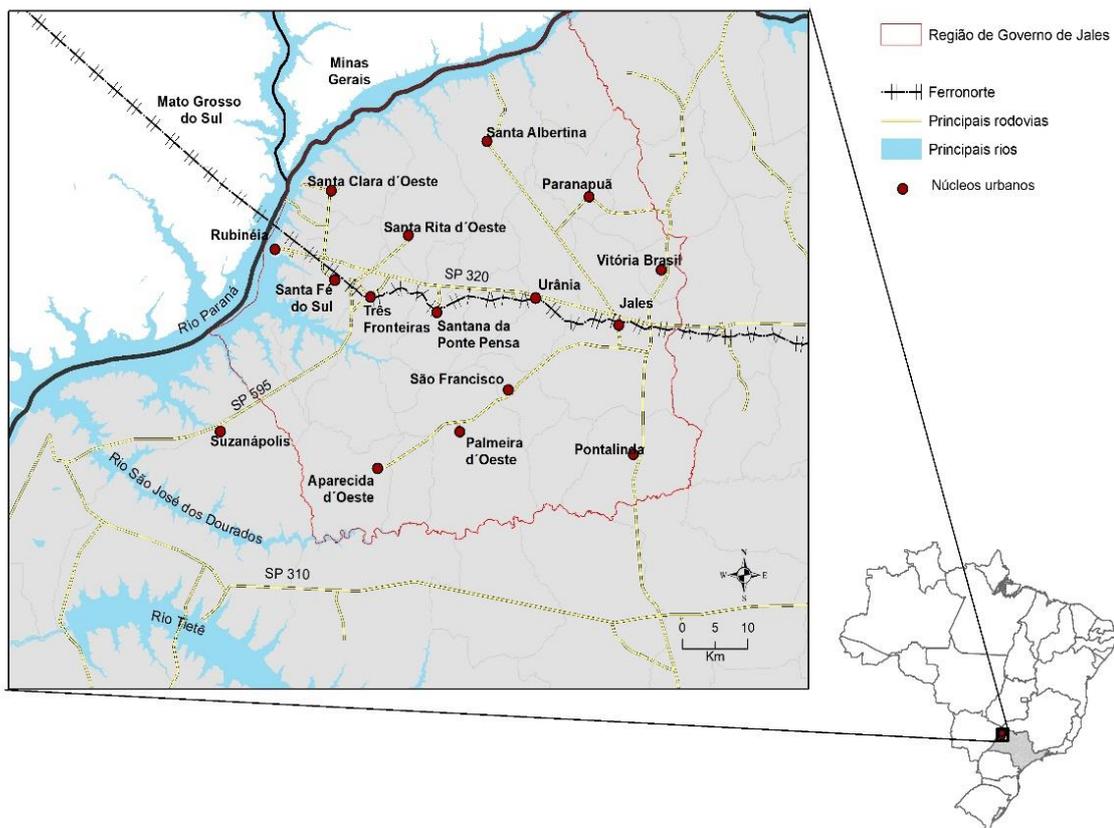
Esse é o caso de Suzanápolis, localizada entre as estradas de ferro Alta Araraquarense e Noroeste do Brasil (hoje SP 320/Rodovia Euclides da Cunha e SP 270/Rodovia Marechal Rondon) (Mapa 2). Nessa localidade – desmembrada de Pereira Barreto em 1993 e com população estimada em 3.383 habitantes pelo censo de 2010 – prevaleceu, desde o momento histórico de sua formação, uma estrutura fundiária mais concentrada, ocupada principalmente com pastagens e, atualmente, com a cana-de-açúcar (BINI, 2010).

Conjuntura completamente diferente encontra-se em Santa Fé do Sul. A cidade de pouco mais de 29 mil habitantes foi ponta de trilhos da Estrada de Ferro Alto Araraquarense. Emancipada em 1953, fruto de um desmembramento do município de Jales, com vantagens locais e raízes históricas que conferem maior diversificação de suas atividades econômicas, além de estrutura

fundiária pouco concentrada, a produção de cana-de-açúcar é relativamente pequena (DEMÉTRIO, 2013). Sua inserção nos mercados globais ocorre principalmente pelas atividades frigoríficas (BINI, 2014; CORRÊA, 2012) e localização privilegiada: o município está integrado às áreas de atuação da Rumo Logística, maior operadora ferroviária do Brasil, além de compor também a região de influência da Rodovia Euclides da Cunha (SP-320), que liga São José do Rio Preto ao Mato Grosso do Sul (Mapa 2).

Por fim, Três Fronteiras desponta-se como importante periferia migrante (PEREIRA; BAENINGER, 2016) da região, emergindo como núcleo urbano que absorve tanto os trabalhadores da usina Vale do Paraná, como residentes de Santa Fé do Sul que, diante do encarecimento do custo de vida nessa cidade, optam pelo deslocamento cotidiano entre casa e trabalho (DEMÉTRIO, 2013). A nova inserção regional dessa localidade, de 5.427 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2010, expressa não apenas a valorização imobiliária alavancada por investimentos ligados ao agronegócio, como também as facilidades de deslocamento que reconfiguram a relação migração e desenvolvimento, concedendo novos contornos às dinâmicas regionais e aos seus processos de redistribuição de população (BAENINGER, 2012)

Mapa 2. Localização do noroeste paulista no Brasil e no estado de São Paulo, 2020.



Fonte: FIBGE, Malhas territoriais 2010; Ministério do Meio Ambiente, Malhas Rodoviárias e Ferroviárias de 2008.

Centrada nessas três municipalidades, a pesquisa de campo realizada no âmbito dessa investigação oferece elementos para análise das diferentes

funções que tais cidades ocupam na divisão socioespacial do trabalho produzida pela Vale do Paraná na região<sup>1</sup>.

### **SUZANÁPOLIS: A CIDADE DO FAZER**

No pacato município de Suzanópolis, os canaviais cercam toda a cidade (Figura 3). A intensa circulação de carros, caminhões e ônibus na estrada de terra que permite acesso à usina contrasta-se com o marasmo da principal avenida de seu núcleo urbano, onde se localiza a Prefeitura. Nas dependências dessa instituição – e também da Secretaria Municipal de Agricultura, ambas retratada nas segunda e terceira fotografias apresentadas da Figura 2 – foram realizadas as entrevistas com os agentes institucionais locais.

Em suas falas, a questão da estrutura fundiária desponha-se como dimensão fundamental na alocação da usina:

Eu não sou de Suzanópolis. Sou de Palmeira d'Oeste. Apesar de próximas, há uma distinção muito grande na parte da agricultura. Lá [em Palmeira d'Oeste], são pequenas propriedades. De 2, 5, 10 alqueires [...]. Tem muita agricultura familiar. Tem uva, laranja, limão. Tem uma diversificação maior. Aqui [em Suzanópolis] não. Aqui é praticamente tudo fazenda. Quem não arrendou para a cana, tem pecuária ainda. Em Palmeira, tem mais de mil propriedades. Aqui, se tirar uma fazenda grande que virou assentamento para 155 famílias, ou seja 155 propriedades, não tem 200. Porque é tudo fazenda. Já era assim antes da usina (entrevista realizada com agente institucional de Suzanópolis, em julho de 2019).

Essas informações ajudam a compreender como a globalização ocorre localmente (SANTOS, 2012), selecionando espaços com raízes históricas específicas (SASSEN, 1998). Com as características demandadas pelo monocultivo, em Suzanópolis o “engessamento do uso do território provado pelo padrão espacial de ocupação da agroindústria sucroenergética resultou na diminuição da atividade produtiva no campo e no atrelamento quase que exclusivo dos setores secundários e terciários ao funcionamento das usinas” (SANTOS, 2019, p.169):

---

<sup>1</sup> A pesquisa de campo baseou-se na realização de entrevistas semiestruturadas com trabalhadores da Vale do Paraná e agentes institucionais dos municípios de Suzanópolis (sede da usina), Santa Fé do Sul e Três Fronteiras: localidades fortemente impactadas pela instalação da empresa. No total, foram entrevistados nove trabalhadores, em diferentes cargos (no setor de recursos humanos, no laboratório, na limpeza, no almoxarifado, na oficina e na colheita e plantio mecanizados), e quatro agentes institucionais (dois de Suzanópolis, um de Santa Fé do Sul e um de Três Fronteiras). As conversas ocorreram entre junho de 2019 e janeiro de 2020 e derivaram-se de visitas às prefeituras municipais e contatos previamente realizados por telefone, e-mail, em pontos de ônibus<sup>1</sup> ou por indicação dos próprios gestores. Todas as entrevistas contaram com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (Certificado de Apreciação Ética 20340219.2.0000.8142).

Desde quando eu comecei a trabalhar aqui, que foi em 2010, quase nada mudou. Não tem diversificação de cultura. É um ou outro produtor muito pequeno que planta alguma coisa, um cereal, um milho, um feijão [...]. As áreas daqui foram todas para a cana (entrevista realizada com agente institucional de Suzanápolis, em julho de 2019).

A agropecuária aqui era forte. Tinha muito gado. Tinha lavoura forte de milho também. Mas agora virou tudo cana. Porque, para o produtor, é muito mais fácil você arrendar seu pasto para a cana, que você tem uma segurança, do que ter que investir e correr o risco de perder tudo (entrevista realizada com agente institucional de Suzanápolis, em julho de 2019).

Sem reproduzir mesmos impactos demográficos e articulações intersetoriais que as usinas construídas no auge dos Planos Nacionais de Desenvolvimento desencadearam, a Vale do Paraná não compõe um complexo agroindustrial (DELGADO, 1985) que imprime a formação de aglomerações urbanas com tendência à conurbação (CAIADO, 1995). Tampouco Suzanápolis pode ser pensada como uma cidade do agronegócio, a exemplo de Ribeirão Preto ou Sertãozinho (ELIAS, 2003). Esse micromunicípio emerge simplesmente como cidade do fazer (SANTOS, 2002), onde o uso engessado do território expressa solidariedades organizacionais construídas “com base nos mais rigorosos requisitos técnicos” (SANTOS, 2002; IANNI, 2011, p.16).

A usina hoje é a principal fonte de renda daqui. Aumentou muito a arrecadação do município, principalmente de ISS e ICMS. Ampliou o comércio, o aluguel de casas [...]. Mas antes tinha mais fluxo. Hoje não tem tanto mais. E muita gente preferiu morar em Santa Fé. Os gerentes, mesmo, todos foram para lá. E os trabalhadores estão distribuídos pelos municípios da região. A usina disponibiliza ônibus em Pereira Barreto, Santa Fé, Três Fronteiras, Ilha Solteira. Isso acaba dividindo as pessoas. Então, para Suzanápolis mesmo, acabou não vindo muita gente [...]. Só no começo que teve um aumento grande da população. Quando estavam construindo a usina e a colheita era manual. Mas hoje diminuiu bastante. Alguns até ficaram por aqui, mas foram poucos (entrevista realizada com agente institucional de Santa Fé do Sul, em julho de 2019).

Não posso falar que foi ruim [a abertura da usina], porque gerou empregos. Aqui, ou você trabalha na prefeitura ou na usina. Basicamente é isso” (entrevista realizada com agente institucional de Suzanápolis, em julho de 2019).

Figura 3. Suzanápolis/SP, em julho de 2019.

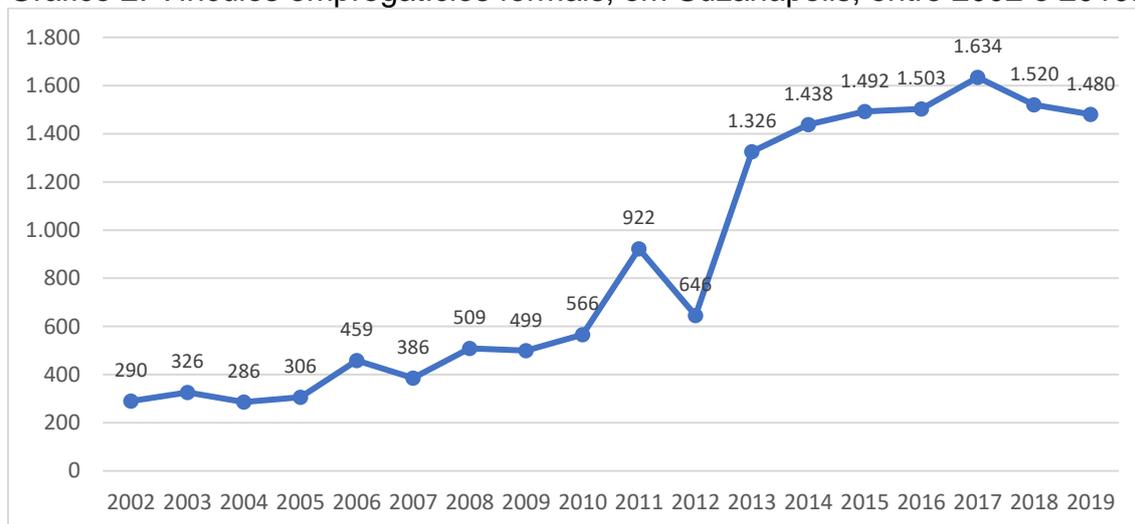


Fonte: Acervo próprio.

Longe de apagar com as diferenças intra-regionais, a expansão do setor sucroenergético acentua desigualdades, atraindo investimentos cujos impactos resumem-se aos empregos criados e aumento de impostos, os quais, por sua vez, precisam ser compreendidos dentro de um processo maior de mecanização,

com diminuição drásticos dos postos de trabalho gerados, e de guerra fiscal (PERPÉTUA; THOMAZ JUNIOR, 2013). De fato, as estimativas de vínculos empregatícios formais produzidos no âmbito da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)<sup>2</sup> apontam para um aumento importante do emprego no município que, entre 2002 e 2019, aumentou em mais de cinco vezes, passando de 290 para 1.480 registros (Gráfico 2).

Gráfico 2. Vínculos empregatícios formais, em Suzanápolis, entre 2002 e 2019.



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Nota: foram considerados apenas os vínculos ativos em 31/12 de cada ano de referência

Dos 459 vínculos empregatícios ativos em 31/12/2006, 35% (161) compunham a administração pública; 29% (132), a indústria de transformação; e 24% (110) eram do ramo agropecuário (Tabela 2). Passados treze anos, essa hierarquia do emprego muda drasticamente. Em 2019, dos 1.480 registros presente na base, 21% (307) estavam na administração pública; 66% (976) na indústria de transformação; e apenas 6% (87) no setor agrícola (Tabela 2).

Outrora pensada como cidade imaginária ou simples aglomerado de agricultores (VEIGA, 2003), Suzanápolis transforma-se em uma localização estratégica do setor sucroenergético na região, expondo as fraturas no território causadas pelo avanço do agronegócio. A reconfiguração desse micromunicípio evidencia a trama de múltiplas mobilidades que marcam os processos migratórios contemporâneos (BAENINGER, 2012), os fluxos migratórios criados pela globalização da agricultura (ELIAS, 2003) e a formação de enclaves produtivos (BRANDÃO, 2019) que insere a região em um “novo tipo de sistema urbano” de dimensões transnacionais (SASSEN, 1998, p.47).

<sup>2</sup> As informações da RAIS derivam das declarações obrigatórias junto ao antigo Ministério do Trabalho. Trata-se de uma base de dados de abrangência nacional que contabiliza o estoque de contratos de trabalho formal em terminado ano de referência, com capacidade de desagregação espacial, periodicidade anual e que contempla tanto informações acerca das empresas contratantes, quanto dos empregados.

Tabela 2. Vínculos empregatícios formais em 31/12, em Suzanápolis, entre 2002 e 2019, segundo setor de atividade.

CNAE 2.0 Seção	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aqüicultura	110	102	89	99	89	429	100	745	861	79	88	90	102	87
Indústrias de transformação	132	61	192	181	169	169	170	210	223	1.045	963	1.081	974	976
Eletricidade e gás	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Construção	7	3	0	9	6	4	10	1	3	1	1	1	1	1
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	40	54	54	30	53	52	62	64	58	66	74	73	58	67
Transporte, armazenagem e correio	0	0	1	0	2	2	4	4	6	6	31	17	17	8
Alojamento e alimentação	0	1	2	1	1	5	6	8	1	16	19	18	8	4
Atividades profissionais, científicas e técnicas	2	2	2	2	3	2	4	5	8	7	7	5	11	11
Atividades administrativas e serviços complementares	0	3	2	2	1	1	11	1	1	0	0	0	3	3
Administração pública, defesa e seguridade social	161	153	159	164	230	245	270	272	261	254	305	329	331	307
Educação	0	6	0	0	0	3	0	4	3	4	0	0	0	0
Saúde humana e serviços sociais	6	0	8	10	9	7	6	7	9	10	12	15	13	0
Artes, cultura, esporte e recreação	1	0	0	0	1	1	1	3	0	0	0	1	0	0
Outras atividades de serviços	0	1	0	1	2	2	2	2	4	4	3	4	2	15
<b>Total</b>	<b>459</b>	<b>386</b>	<b>509</b>	<b>499</b>	<b>566</b>	<b>922</b>	<b>646</b>	<b>1.326</b>	<b>1.438</b>	<b>1.492</b>	<b>1.503</b>	<b>1.634</b>	<b>1.520</b>	<b>1.480</b>

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social.

**SANTA FÉ DO SUL: A CIDADE DO CONSUMO CONSUMPTIVO**

Ainda que próximas, Santa Fé do Sul e Suzanápolis compartilham raízes históricas bastante diferentes. Desde os primórdios de sua ocupação capitalista, essa pequena cidade se desponsa pela diversificação de suas atividades produtivas:

Se for buscar as características do agro aqui [em Santa Fé do Sul], nós passamos por etapas. Tem a época do café, depois vem a época do leite, depois vem a época da fruticultura, da agricultura familiar e, agora, da piscicultura[...] (entrevista realizada com agente institucional de Santa Fé do Sul, em julho de 2019)

Imersa numa rede urbana formada por pequenos municípios – que se sucediam como “contas de um rosário ao longo das ferrovias” (MONBEIG, 1998, p.125) – Santa Fé do Sul já nasce como ponto de apoio da população rural dispersa. Às margens dos principais eixos de desenvolvimento paulista até os anos 1990 (RODRIGUES, 2006), essa localidade emerge como capital regional menos em função do estabelecimento de atividades industriais fortes, e mais como expressão da própria dinâmica populacional do noroeste paulista, marcada por interações espaciais do ‘tipo subordinação’: fenômeno típico de sistemas urbanos pouco adensados (CAIADO, SANTOS, 2004), nos quais os pequenos centros são sobremaneira dependentes da “estrutura urbana, dos serviços públicos e das oportunidades econômicas ofertadas pelos municípios-sedes” (RODRIGUES, 2006, p.88).

O comércio de Santa Fé é maior que a cidade [...]. Ele é mais do que a cidade precisa, porque tem esse [...] interesse das cidades vizinhas e até do estado vizinho (entrevista realizada com agente institucional de Santa Fé do Sul, em julho de 2019).

Uma coisa que é característica de Santa Fé, mas não de toda a região, são as pequenas propriedades [...]. Então fica tudo agricultura familiar mesmo [...]. A usina não veio para cá porque nós não temos grandes propriedades, não temos área que a acomodasse. E lá [em Suzanápolis], eles conseguiram comprar uma grande área [...]. O problema de Santa Fé é mesmo o perfil, é a característica das propriedades. Nós temos aqui, hoje, mais de 700 pequenas propriedades. A maioria de 5 a 20 hectares, o que para a cana não gera interesse. A usina não quer alugar de 500 pessoas. Quer alugar de 50 (entrevista realizada com agente institucional de Santa Fé do Sul, em julho de 2019).

Nesse pequeno município, as mais intensas rugosidades do espaço (SANTOS, 2002) dificultam a expansão da agricultura de commodities, alavancando dinâmicas urbanas que apenas indiretamente dialoga com essa forma de inserção global. Nesse território, a produção de commodities convive e disputa com uma população sitiante que se mantém no campo em função da

consolidação de mercados de escoamento de sua produção e dos vínculos com a terra (MELO, 2013). A tradicional feira dos produtores permanece dinamizando o comércio local, conforme ilustrado na primeira fotografia da Figura 4. Também sobrevivem as confraternizações construídas nos antigos povoados rurais, com suas pequenas vendas, campos de bocha e de futebol (Figura 4).

Figura 3. Santa Fé do Sul/SP, 2019 e 2020.



Fonte: Acervo próprio

Essas solidariedades orgânicas se cruzam com as solidariedades organizacionais necessárias ao funcionamento da usina (SANTOS, 2002). Mesmo sem compor a região político-administrativa de Suzanápolis, Santa Fé do Sul possui relações de cunho comercial e administrativo com a usina. Ademais, nela se concentra a residência dos trabalhadores nos estratos mais altos da empresa, formados principalmente por guatemaltecos e nicaraguenses.

Santa Fé recebeu benefício indireto, eu diria. Como nós não tínhamos grandes áreas para plantio e nem tínhamos as características para ser a sede da usina, nós perdemos o ICMS e os investimento em si. Porém Santa Fé se tornou a principal referência da usina, tanto para moradores, quanto para a atividade financeira e comercial. Suzanápolis não é referência do escritório deles, é aqui (entrevista realizada com agente institucional de Santa Fé do Sul, em julho de 2019).

Hoje temos trabalhadores da usina que moram em Nova Canaã Paulista, Três Fronteiras e Santa Fé, principalmente. Eu diria

que o impacto maior foi nessas três cidades, além de Suzanápolis. Então, eu diria que o impacto não foi para baixo, em direção à Ilha Solteira, Pereira Barreto, apesar de Suzanápolis pertencer a essa região. O olhar ficou para cá. Por aqui valorizou- -se imóveis, aluguéis, o comércio ganhou muito [...]. Eu diria que 60% dos trabalhadores da usina consomem aqui, mesmo os que não moram aqui (entrevista realizada com agente institucional de Santa Fé do Sul, em julho de 2019).

Quando a usina veio, ainda tinha corte manual. Essa mão-de-obra veio do Nordeste. Alagoas e Bahia, principalmente [...]. O pessoal da indústria, o básico, veio daqui mesmo. Os gerentes, os encarregados, com conhecimento, eles trouxeram de outras usinas [...] (entrevista realizada com agente institucional de Santa Fé do Sul, em julho de 2019).

Eu sou da Nicarágua e trabalhava na Pantaleón da Nicarágua. Cheguei aqui em 2015. Quando eles começaram a expandir a produção aqui no Brasil, eles começaram a trazer gente das empresas que fazem parte do grupo Pantaleón e Manuelita. Por exemplo, o gerente geral é da Colômbia (entrevista realizada em julho de 2019, em Santa Fé do Sul, com funcionário da usina)

Lá [na usina Vale do Paraná], os cargos maiores são de estrangeiros. O diretor é da Colômbia. O gerente administrativo também é da Colômbia. O gerente agrícola é da Guatemala. Os supervisores da mecânica, da colheita mecanizada, são tudo da Guatemala ou da Nicarágua. Também já veio gente do Peru e da Argentina (entrevista realizada em julho de 2019, em Santa Fé do Sul, com funcionário da usina).

As alianças por cima trazidas feitas por esses agentes econômicos impulsionaram a reestruturação urbana nesse pequeno município, tornando-o lócus privilegiados de reprodução do capital imobiliário na região (PORTES; GUARNIZO; LANDOLT, 2002; ELIAS; PEQUENO, 2018). A atuação desses agentes econômicos apoia-se fortemente no aproveitamento comercial da “história local, da produção local, do modo como as coisas um dia foram feitas” (HARVEY, 1992, p.273). Assim, o rural dessa municipalidade também expressa os efeitos da reestruturação produtiva da atividade agropecuária, se não pela produção direta de commodities, pelos fetichismos e “sistemas de espelho” que acompanham as frentes de expansão capitalista (HARVEY, 1992, p.308).

Esse processo de resignificação da identidade local aparece nos principais monumentos da cidade, cunhados em homenagem aos seus colonos e desbravados, ao Rio Paraná e aos costumes locais. As fotografias apresentadas na Figura 4 configuram, claramente, uma estratégia de “embelezamento dos espaços públicos” da cidade, no intuito de transformá-los “em produtos a serem consumidos por parcelas crescentes da população local e regional”, fortalecendo o papel desempenhado por Santa Fé do Sul como a cidade do comércio e serviços gerais, ou seja, do consumo consumptivo (ELIAS; PEQUENO, 2018, p.74; SANTOS, 2002).

Figura 4. Monumentos urbanos em Santa Fé do Sul/SP, sem data.



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul. Disponível em: <https://www.santafedosul.sp.gov.br/turismo/>. Acesso 01/12/2021.

O encarecimento dos custos de moradia nesse município tem impulsionado a migração da população de mais baixa renda para as cidades vizinhas, particularmente Três Fronteiras. De catalizador da migração

intrarregional (BAENINGER, 2005), Santa Fé do Sul transforma-se em área de rotatividade migratória (BAENINGER, 2012), com as entradas e saídas de população nesse município expressando suas formas particulares de inserção na divisão socioespacial do trabalho em nível local e global.

### **TRÊS FRONTEIRAS: A PERIFERIA MIGRANTE**

Aqui é muito próximo de Santa Fé e o aluguel é mais barato. Então muita gente prefere morar aqui [...]. E com o aumento da população, nós não temos recursos humanos para atender a demanda. Estamos com poucos funcionários na limpeza da cidade, na educação, na saúde [...]. No Censo de 2010, a população do município foi de 5 mil e pouco. Com essa migração, teve aumento de população. Mas a arrecadação do governo, do fundo de participação, não aumentou em nada. Hoje estamos estimando mais de 10 mil pessoas. Só na saúde, temos um cadastro de 8 mil habitantes, o que já é bem maior que o número do IBGE [...]. Com a vinda dessas pessoas, aumentou um pouco a despesa no comércio. A gente arrecada ICMS, essas coisas. Mas o ruim foi para a saúde e educação [...]. Também teve impacto na geração de resíduos [...]. Nosso aterro sanitário é pequeno e não suporta o aumento na geração de lixo (entrevista realizada com agente institucional de Três Fronteiras, em julho de 2019)

O exemplo de Três Fronteiras demonstra que, sem os encadeamentos necessários para a construção de uma política pública efetivamente transformadora, em especial no setor de habitação, infraestrutura e educação, a inserção do noroeste paulista nos mercados globais de commodities tem atraído investimentos incapazes de promover “um desenvolvimento local inclusivo, democrático, sustentável e dinâmico” (GARCIA, 2015, p.9). A intensa especialização funcional dos lugares tem alavancado a fragmentação da região, com o surgimento de periferias migrantes (PEREIRA; BAENINGER, 2016) no entroncamento das migrações de curta e longa distância impulsionadas direta ou indiretamente pelo setor sucroenergético.

Nas migrações de curta distância, está a periferização da população (CUNHA, 2005) decorrente das transformações urbanas no principal município da região: Santa Fé do Sul. Já nas trocas de população de longa distância, estão as migrações permanentemente temporárias de baianos que, vinculadas ao trabalho agrícola, foram fortemente impactadas com a mecanização do plantio e da colheita da cana (SILVA, 1999; MENEZES; COVER, 2020). Da combinação de ambos os processos, proliferam-se os loteamentos populares, muitos dos quais ocupados pelos trabalhadores da usina (Figura 5). A questão da moradia eclode, assim, como dimensão fundamental na formação dessa espacialidade, agravando os desequilíbrios intrarregionais com relação ao acesso aos equipamentos públicos e às redes de infraestrutura (ELIAS; PEQUENO, 2018)

Figura 5. Três Fronteiras/SP, 2019 e 2020.



Fonte: Acervo próprio

Expressão da globalização por baixo trazida pelo agronegócio canavieiro (PORTES; GUARNIZO; LANDOLT, 2003), a constituição dessa periferia migrante se reconfigura a partir das mudanças nas relações de trabalho da usina. Originalmente, o corte manual da cana exigia a contratação de cerca de 1.500 safristas, conforme relato de seus funcionários. Tal como nas regiões canavieiras mais consolidadas, a contratação ocorria por intermediação dos chefes de turma ou gatos (SILVA; BUENO; MELO, 2015). Na Vale do Paraná, os turmeiros concentravam-se no centro-sul baiano:

Só lá da região nossa [Vila Real, na Bahia] vinham umas 500 pessoas [...]. Tinha três arregenciadores e cada um trazia quatro turmas. Cada turma tinha de 40 a 50 pessoas (entrevista realizada em julho de 2019, em Três Fronteiras, com funcionário da usina).

Essas pessoas passavam entre 7 e 8 meses nos municípios da região em casas alugadas pela própria usina, concentradas principalmente nos municípios de Santa Fé do Sul, Três Fronteiras, Nova Canaã Paulista e Suzanópolis:

A usina arrumava tudo. Pagava casa, almoço, janta, pagava tudo [...]. Era muita gente. Teve tempo de ficar 16 pessoas em uma casa de três quartos. Era lotado (entrevista realizada em julho de 2019, em Três Fronteiras, com funcionário da usina).

Por quase dez anos, as constantes idas e vindas desses trabalhadores fortaleceram as conexões entre o noroeste paulista e o Nordeste do Brasil, despontando-se como elemento fundamental para a reversão da tendência de esvaziamento populacional que, desde a década de 1950, caracterizava a dinâmica demográfica da região (DEMÉTRIO, 2013). Esse fluxo foi profundamente alterado com os maciços investimentos em mecanização que marcaram a internacionalização da Vale do Paraná, processo contemporâneo às regulamentações estaduais responsáveis por coibir a queima dos canaviais que precediam o corte manual (SILVA; MARTINS, 2010). Seja por conta da legislação vigente (SILVA; MARTINS, 2010), seja pela capacidade de inversão financeira, desde 2014, essa usina praticamente eliminou o plantio e a colheita manual:

Serviço braçal ainda tem, mas é pouco. Sempre tem uma cerca para fazer, para consertar. Existe o plantio manual também, mas é bem pouco, para área bem pequena. Porque o plantio mecanizado tem seis caminhões transbordo, um munk, um bombeiro, quatro plantadeiras, um trator reboque e três colhedoras. Dependendo da área, não dá para levar tudo isso. Aí a gente planta manual (entrevista realizada em julho de 2019, em Três Fronteiras, com funcionário da usina).

Quando eu entrei, já estava tudo mecanizado. Mas a turma era bem maior. Tinha um número maior de tratores para fazer vários serviços diferentes. Tinha um trator para soltar a terra, outro para jogar a cana dentro e outro ainda para jogar a terra de volta [...]. Agora, com a plantadeira nova, ela faz esses três serviços de uma vez só (entrevista realizada em julho de 2019, em Três Fronteiras, com funcionário da usina).

Agora, como tirou o corte manual, a usina fechou o escritório lá na Bahia [...]. Quando vai contratar safrista, a gente corre todas as cidades daqui da região. Não vai mais lá na Bahia. Não precisa mais. Acho que 2013 foi a última vez que foram pegar pessoal lá (entrevista realizada em julho de 2019, em Santa Fé do Sul, com funcionário da usina).

Com a mecanização, diminuiu muito a quantidade de emprego na lavoura. Muita gente ficou de fora. Aquela mão-de-obra pesada, manual, que tinha antes, não tem mais (entrevista realizada em julho de 2019, em Três Fronteiras, com funcionário da usina).

Ainda tem safrista. Só que bem menos. A usina até fechou o escritório que tinha lá na Bahia para contratar gente. Agora eles fazem propaganda nas ruas das cidades próximas e nas redes sociais (entrevista realizada em julho de 2019, em Santa Fé do Sul, com funcionário da usina).

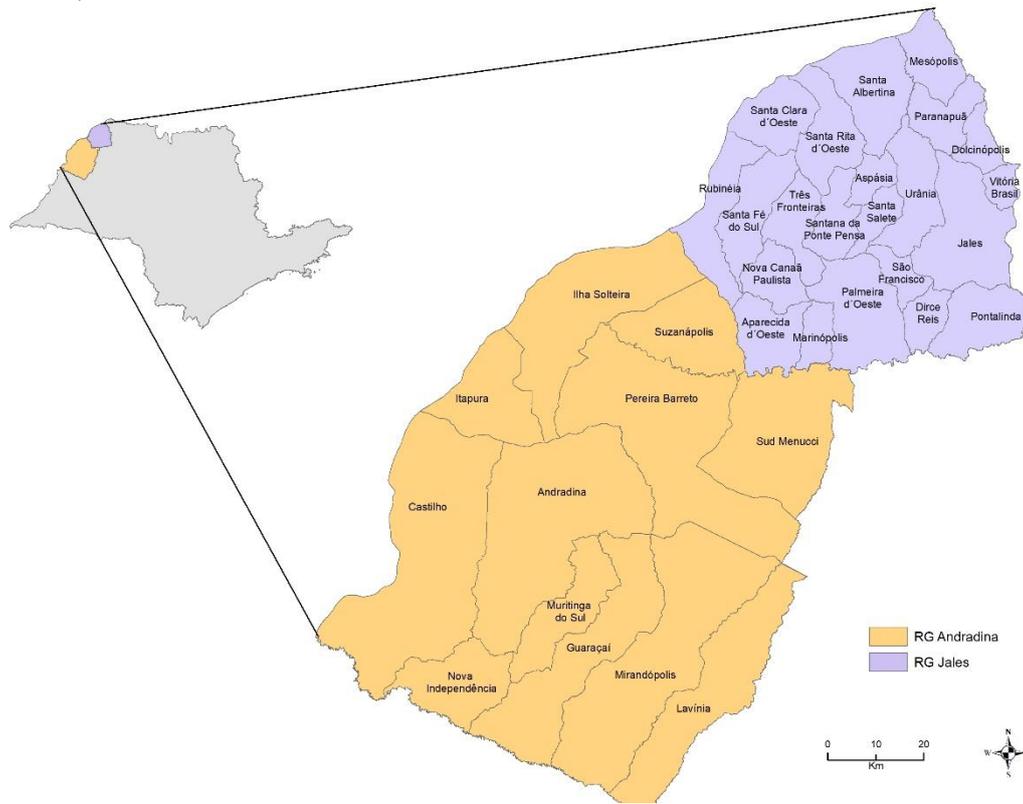
Segundo um dos entrevistados, o recrutamento dos trabalhadores temporários pós-mecanização

Funciona mais ou menos assim: eles ligam para a prefeitura, marcam um dia em cada município (Três Fronteiras, Pereira, Ilha Solteira, Santa Fé, Suzanópolis) e a gente cede um local para eles receberem os currículos. Mas a prefeitura não tem influência nenhuma. Eles vêm com a equipe deles. A gente só cede uma sala, com ar condicionado e computador. Aí o pessoal deles que recebe os currículos e faz a seleção. Todo ano tem isso (entrevista realizada com agente institucional de Suzanópolis, em julho de 2019).

De fato, nas redes sociais da Vale do Paraná verificam-se diversos anúncios de emprego (Figura 6, 7 e 8). A maioria dos municípios pontos de recrutamento pertencem à Região de Jales (Mapa 3 e Figura 6). Dentre os locais anunciados para entrega de currículos, estão centros culturais, sindicatos, salão paroquial, prefeitura e câmara de vereadores.

Em Santa Fé do Sul e Três Fronteiras, ofereciam vagas específicas para fiscais de campo com formação técnica (Figura 7). Em Suzanópolis e Nova Canaã Paulista, as vagas eram para auxiliar de serviços agrícolas (Figura 8). A análise do tipo de vaga ofertada para cada município indica a forma desigual com que tais localidades são inseridas na divisão socioespacial do trabalho produzida pela usina.

Mapa 3. Região de Governo de Andradina e de Jales, segundo municípios. Estado de São Paulo, 2010.



Fonte: Fundação Seade. Estado de São Paulo e suas regionalizações. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/divpolitica/>. Acesso 02/12/2021.

Figura 6. Propaganda de recrutamento de trabalhadores para a safra 2020 da usina Vale do Paraná.

## RECRUTAMENTO EXTERNO

A Usina Vale do Paraná localizada no Município de Suzanápolis-SP, está recrutando currículos para a safra 2020. Os interessados deverão comparecer nos locais abaixo para a entrega de currículo.

- 22/01- 08h30 às 11h00- Centro Cultural - Palmeira D'Oeste/SP
- 22/01- 13h30 às 16h00- Câmara dos Vereadores - Nova Canaã /SP
- 23/01- 08h00 às 11h00- Sindicato Rural - Santa Fé do Sul/SP
- 23/01- 13h30 às 16h00- Centro Comunitário- Santa Rita D'Oeste/SP.
- 24/01- 08h00 às 15h00- Centro Cultural – Ilha Solteira/SP
- 29/01- 08h00 às 11h00- Salão Paroquial - Suzanápolis/SP
- 29/01- 13h30 às 16h00- Prefeitura - São Francisco/SP
- 30/01- 08h00 às 11h00- Centro de Eventos - Aparecida D'Oeste/SP
- 30/01- 13h30 às 16h00- Prefeitura – Três Fronteiras /SP
- 31/01- 08h00 às 15h00- Legião Mirim - Pereira Barreto/SP

Vale do Paraná
 
 Temos vagas para pessoas com deficiência.

Fonte: <https://www.facebook.com/>. Acesso 17/07/2020

Figura 7. Propaganda de recrutamento de trabalhadores para a safra 2020 da usina Vale do Paraná.

**RECRUTAMENTO**  
Estamos com oportunidades de emprego para:

**FISCAL DE CAMPO**

Fiscalizar e realizar avaliações do processo agrícola; Organizar a logística das estruturas nas operações; Preencher apontamentos de mecanização e manuais da operação e Coordenar normas e procedimentos da empresa e equipe.

Formação em Técnico Agrícola, Agropecuário, Agronegócio ou Cursando Agronomia.

Residir em Santa Fé do Sul ou Três Fronteiras.

Os interessados deverão enviar currículo para [redacted] e escrever o título da vaga no campo assunto do e-mail. Prazo até: 10/10/2019.

 Vale do Paraná  Temos vagas para deficientes.

Fonte: <https://www.facebook.com/>. Acesso 17/07/2020

Figura 8. Propaganda de recrutamento de trabalhadores para a safra 2020 da usina Vale do Paraná.

**RECRUTAMENTO**  
Estamos com oportunidades de emprego para:

**AUXILIAR DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS**  
(catação química)

Os candidatos interessados deverão comparecer na **Usina Vale do Paraná no dia 07 de Outubro de 2019 às 08h30** para entrega de currículo e entrevista. Favor comparecer com a carteira de trabalho e os documentos pessoais.

Residir nas cidades de Suzanápolis e Nova Canaã Paulista

 Vale do Paraná  Temos vagas para deficientes.

Fonte: <https://www.facebook.com/>. Acesso 17/07/2020

Dessa forma, a internacionalização da Vale do Paraná não apenas produziu uma migração internacional qualificada (DOMENICONI, 2021) inédita na região, como também impulsionou a circulação regional de pessoas, associada ou não às migrações de longa distância que outrora perpassavam o trabalho manual na colheita da cana. Assim, a transformação de espaços selecionados (SASSEN, 1998) da região em áreas da produção globalizada de commodities alterou a dinâmica das migrações internas e internacionais do noroeste paulista, alimentando também deslocamentos pendulares e outras formas de mobilidade, os quais, em conjunto, precisam ser compreendidos no âmbito de um mesmo processo de mudança social (RENNER; PATARRA, 1980).

### **Considerações Finais**

De formação capitalista tardia, baseada na produção de alimentos e matérias-primas para abastecimento local e regional, o noroeste paulista desponta-se, cada vez mais, como espaço privilegiado da produção de commodities para os mercados globais (TARTAGLIA; OLIVIERA, 1988; MELO, 2013; DEMÉTRIO, 2013). Dentre as principais vantagens competitivas (CASTILLO; FREDERICO, 2010) partilhadas pela região, destaca-se a abundância de recursos hídricos e de terras agricultáveis, relevo plano propício à mecanização, densa infraestrutura de transporte, incentivos fiscais e custos salariais (PERPÉTUA; THOMAZ JUNIOR, 2013). Todos esses fatores têm atraído vultuosos investimentos de grupos econômicos ligados ao agronegócio, particularmente no setor sucroenergético.

A proliferação de usinas em municípios selecionados do noroeste paulista altera não apenas a localidade sede desses investimentos, mas de todo o seu entorno. Na área de influência da Vale do Paraná, esse trabalho destacou a formação de distintos espaços da migração (BAENINGER, 1999) que passam a reproduzir, inclusive, problemas urbanos característicos das grandes cidades, envolvendo seus municípios em uma nova teia de relações (ELIAS; PEQUENO, 2018).

A compreensão desses novos arranjos da migração e da urbanização deve se dar no âmbito das “hierarquias criadas entre as cidades canavieiras” (MESQUITA et al, 2019, p.330) as quais, por sua vez, dialogam com as “heranças deixadas por uma história complexa” (BRANDÃO, 2007, p.90). Nesse sentido, a inserção do noroeste paulista no circuito espacial produtivo do setor sucroenergético (CASTILLO; FREDERICO, 2010) carrega particularidades que remontam as características de sua fronteira agrícola. Esse processo não contou com os mesmos níveis de capitalização que marcaram a formação capitalista das regiões mais antigas (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1988).

Subordinada aos interesses do capital imobiliário, a ocupação capitalista da região combinou pequenas propriedades produtoras de alimentos nas proximidades das estações de trem, onde os terrenos eram mais valorizados, à proliferação das pastagens em imensos lotes de acessibilidade mais restrita (CHAIA, 1980). A existência desses fundos territoriais (MORAES, 2002) – uma das faces mais perversas do capitalismo brasileiro, que garante a propriedade privada sem fazê-la produzir (WANDERLEY, 2011) – garantiu a competitividade

de frações do espaço regional na disputa por investimentos associados ao agronegócio canavieiro (CASTILLO; FREDERICO, 2010), provocando uma inserção global repleta de cooperação e conflito (SANTOS, 2002).

Por um lado, as características ambientais e normativas da região constituem uma vantagem fundamental para a alocação desse capital (PERPÉTTUA; THOMAZ JUNIOR, 2013; CASTILLO; FREDERICO, 2010). Por outro lado, a reinvenção da cultura sitiante e a consolidação de canais de comercialização de seus produtos representam um entrave à difusão do sistema de *plantation* (MELO, 2013; HARVEY, 1992). Na análise das transformações socioespaciais nos três municípios investigados, essa tensão entre globalização e localização é clara (SANTOS, 2002). É desse embate que se produz a cidade do fazer, do morar e do consumir como áreas atravessados por solidariedades orgânicas e organizacionais que fazem do espaço um “campo de forças multicomplexas” (SANTOS, 2002, p.314). Longe de promover a homogeneização do território, esse desencaixe entre as dinâmicas de reprodução do capital globalizado e da população local acentua antigas desigualdades socioespaciais, ao mesmo tempo em que cria novas dinâmicas espaciais (BRANDÃO, 2007; GIDDENS, 1991).

A redefinição das escalas e hierarquias que tradicionalmente acomodaram os processos de redistribuição da população (BAENINGER, 2012) no noroeste paulista revela “dimensões inéditas das relações cidade-campo” na região, onde “as pequenas aglomerações urbanas dependem de seu entorno disperso para estabelecer contatos com a economia [...] global” (ABRAMOVAY, 2000, p.27). Na rede urbana criada a partir dessas conexões, os principais polos catalisadores da migração não se restringem aos tradicionais centros regionais (BAENINGER, 2005).

A conformação desses arranjos urbanos-rurais regionais (DEMÉTRIO, 2017), a trama de mobilidades trazidas pela globalização da agricultura provoca uma verdadeira “remodelação do território”, pondo em cheque “os antigos esquemas utilizados para classificar” a rede urbana paulista (ELIAS, 2018, p.9). A presença de capitais transnacionais não apenas rompe com as regionalizações tradicionais, diluindo fronteiras engessadas por redes de articulação políticas locais e nacionais (RIBEIRO, 2004; LIMONAD, 2004; SANTOS, 2002; SASSEN, 1998), como também “promove as migrações em todas as direções” (IANNI, 2011, p. 21), alavancando a rotatividade migratória e a diversidade das formas de deslocamento (BAENINGER, 2012). Embora não volumosas, as trocas de população tendem a ser cada vez mais heterogêneas, combinando migração interna e internacional, com ou sem raízes históricas, com ou sem mudança definitiva de residência (BAENINGER, 2012).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão nº 702**. IPEA: Rio de Janeiro, p.1-31, 2000.
- BAENINGER, R. **Região, Metrópole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes no Brasil – 1980/1996**. (Tese de Doutorado) – Campinas-SP, IFCH – UNICAMP, 1999.
- BAENINGER, R. São Paulo e suas migrações no final do século XX. **São Paulo em Perspectiva**, v.19, n.3, p.84-96, jul./set. 2005.

- BAENINGER, R. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP, 2012.
- BAENINGER, R. Cenários das Migrações Internacionais no Brasil. In: BERQUÓ, E. (Org.) **Demografia na Unicamp: um olhar sobre a produção do Nepo**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2017
- BAENINGER, R.; ZULLO, J.; AIDAR, T.; PERES, R. G. **Regiões Canavieiras** (Série Por Dentro do Estado de São Paulo, volume 6). Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura – CEPAGRI/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação – NEPA/Unicamp, 2013.
- BINI, D. L. de C. Mudanças na pecuária de corte e algumas implicações sócio-espaciais na Região de Araçatuba (SP). **Revista Formação**, n.16, v.2, 2010
- BRANDÃO, C. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- BRANDÃO, C. A. Mudanças produtivas e econômicas e reconfiguração territorial no Brasil no início do Século XXI. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. São Paulo, v.21, n.2, p.258-279, maio-agosto, 2019.
- CAIADO, A. S. C. Dinâmica socioespacial e a rede urbana paulista. In: **São Paulo em Perspectiva**, v.9, n.3, p.46-53, 1995.
- CAIADO, A. S. C; SANTOS, S. M. M. Urbano ou rural? Um olhar sobre processos sócio-espaciais em curso no Estado e São Paulo. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambú, 20 a 24 de setembro de 2004, p.1-9.
- CASTILLO, R. Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional e expansão para o Bioma Cerrado. **GEOgraphia** – Ano 17 – Nº 35 – Dossiê, 2015
- CASTILLO, R.; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 22 (3): 461-474, dez. 2010.
- CHAIA, Vera Lúcia Michalany (1980). **Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul** – SP (1959-1969). São Paulo. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH/USP.
- CÔRREA, D. S. **Fusões e Aquisições nos Segmentos Carne Bovina, Óleo de Soja e Sucroalcooleiro**. (Tese de Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), 2012.
- DELGADO, G. Mudança técnica na agricultura, constituição do complexo agroindustrial e política tecnológica recente. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, 2(1): 79-97, jan. /abr., 1985.
- DEMÉTRIO, N. B. **População e dinâmica econômica na Região de Governo de Jales: o outro rural do Oeste Paulista**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UNICAMP, 2013.
- DEMÉTRIO, N. B. Arranjos urbanos-rurais regionais: o rural paulista no século 21. *Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Campinas, SP, 2017.
- DOMENICONI, J. de O. S. **Migrações internacionais qualificadas: o contexto das migrações Sul-Sul no Brasil no século XXI**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2021.
- ELIAS, D. **Globalização e Agricultura**. São Paulo: EdUSP, 2003.
- ELIAS, D.; PEQUENO, R. Reestruturação produtiva e do território de Mossoró (RN). In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Org.). **Tendências da urbanização brasileira: novas dinâmicas de estruturação urbano-regional**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.
- GARCIA, R. C. Prefácio. In: DEMARCO, D. J. (Org). **Gestão Pública, município e federação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

- GONÇALVES, M. F. **As engrenagens da locomotiva: ensaio sobre a formação urbana paulista**. Tese de doutorado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UNICAMP, 1998.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- IANNI, O. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- LIMONAD, E. Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem? In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (org.) **Brasil século XXI: Por uma regionalização? Processos, Escalas, Agentes**. São Paulo: Max Limonad, 2004.
- MAMIGONIAN, A. Notas sobre os frigoríficos do Brasil central pecuário. *BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA*, 7-14, 1976.
- MELLO, L. F. **Trabalhadores do Conhecimento e Qualidade do Lugar em Campinas, SP**. Tese de Doutorado. - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.
- MELO, B. M. de. **História e memória na contramão da expansão canaveieira: um estudo das formas de resistência dos sitianteiros do extremo noroeste paulista**. Tese de Doutorado. São Carlos: UFSCAR, 2013.
- MENEZES, M.A.; SILVA, M. S. da; COVER, M. Os impactos da mecanização da colheita de cana-de-açúcar sobre os trabalhadores migrantes. *Idéias|Campinas(SP)|n. 2|nova série|1º semestre (2011)*.
- MESQUITA, F.; CASTILLO, R.; LUNA, I.; SANTOS, H. F. dos. Hierarquias regionais no agronegócio canaveieiro: movimentos da fronteira e centralidade de São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.21, n.2, p.329-350, maio-ago, 2019.
- MONGEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec e Editora Polis, 1998, 2ª ed.
- MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002 (Capítulo 8: Formação territorial e políticas ambientais no Brasil).
- MÜLLER, G. *A dinâmica da agricultura paulista*. São Paulo: SEADE, 1985.
- NEGRI, B., GONÇALVES, M. F. e CANO, W. O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980). In: CANO, W. (Org.). **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: SEADE, 1988, p.5-93.
- PEREIRA, G. G. **Migrações e agronegócio: espaços na citricultura paulista**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2019.
- PEREIRA, G.; BAENINGER, R. Periferias Migrantes: Trabalhadores Rurais do Agronegócio Citrícola em São Paulo (Brasil). **Anais do VIII Congresso Latinoamericano de Estudos do Trabalho**. Buenos Aires, 3 a 5 de agosto de 2016.
- PERES, R.; BAENINGER, R. Dinâmica Populacional nas Regiões Canaveieiras. In: BAENINGER, R.; ZULLO, J.; AIDAR, T.; PERES, R. G. **Regiões Canaveieiras** (Série Por Dentro do Estado de São Paulo, volume 6). Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura – CEPAGRI/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação – NEPA/Unicamp, 2013.
- PERPETUA, G. M.; THOMAZ JUNIOR, A. Dinâmica Geográfica da Mobilidade do Capital na Produção de Celulose e Papel em Três Lagoas (MS). *Revista da ANPEGE*, v. 9, n. 12, p. 55-69, jul./dez. 2013.
- PIÑEROS, R. Caña de azúcar y palma de aceite: cultivos flexibles y explotación Laboral de jóvenes rurales en Brasil y Colombia. Trabalho apresentado no XXI Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia, realizada em Montevideo/Uruguai, entre 3 e 8 de dezembro de 2017.

- PORTES, A.; GUARNIZO, L.; DANDOLT, P. **La Globalización desde abajo: transnacionalismo inmigrante y desarrollo**. México: FLASCO: Miguel Angel Porrua, 2003.
- RENNER, C. R; PATARRA, N. L. Migrações. In: SANTOS; LEYY; SZMRECSÂNYI (org). Dinâmica da População. São Paulo: T. A. Queiróz Editora, 1980.
- RIBEIRO, A. C. T. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (org.) **Brasil século XXI: Por uma regionalização? Processos, Escalas, Agentes**. São Paulo: Max Limonad, 2004. p. 194-212.
- RODRIGUES, F. Por onde vão as 'Brisas Suaves' do Sertão Paulista – População e estruturação urbana na constituição da cidade (im)possível – Votuporanga, um estudo de caso. **Textos NEPO 51**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.
- SAMPAIO, M. de A. P. **360° - O Périplo do Açúcar em Direção à Macrorregião Canavieira do Centro-Sul do Brasil**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2015.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- SANTOS, H. F. dos. Especialização regional produtiva e vulnerabilidade territorial dos municípios sucroenergéticos no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. **Caminhos de Geografia: Uberlândia**, v. 20, n. 72 Dez/2019, p.169–188.
- SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- SILVA, M. A. M. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- SILVA, M. A. M.; BUENO, J. D.; MELO, B. M. La simbiosis perversa: las máquinas y la degradación del trabalho en el estado de San Pablo, Brasil. In: RIELLA, A.; MASCHERONI, P. (Org). **Asalariados Rurales em América Latina**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales e Departamento de Sociología-FCS-UDELAR, 2015.
- SILVA, M. A. de M.; MARTINS, R. C. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, no 24, mai./ago. 2010, p. 196-240.
- SILVA, M. A. M.; MENEZES, M. A. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões: **Revista Eletrônica do Nead**, Brasília/DF, 2006.
- SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.
- TARTAGLIA, J.C; OLIVEIRA, O. L. Agricultura Paulista e sua Dinâmica Regional (1920-1980). In: CANO, W. (Org.). **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: SEADE, 1988, p.5-93.
- VEIGA, J. E. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Editora Autores Associados, 2003.
- WANDERLEY, M. N. B. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.